

# COOPERAÇÃO - COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO RURAL NA CADEIA PRODUTIVA DE MEL NO RIO GRANDE DO NORTE

José André Brito Linhares<sup>1</sup>

Edinal Salustiano da Silva<sup>2</sup>

Wellington Gaspar Ferreira da Silva<sup>3</sup>

Elisabete Stradiotto Siqueira<sup>4</sup>

Cláudia Regina Tavares do Nascimento<sup>5</sup>

DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i5.2186>

## Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a aplicabilidade da cooperação como fator impulsionador para a análise e ação coletiva no desenvolvimento rural dos agentes sociais da agricultura familiar, em particular na cadeia produtiva de mel no Estado do Rio Grande do Norte. A partir de uma pesquisa qualitativa descritiva com entrevistas semiestruturadas, foram identificadas as relações de cooperação presentes entre os nove sujeitos entrevistados que compõem a cadeia produtiva do mel. Foi possível perceber que a confiança e a reciprocidade facilitam as relações e transações entre os agentes sociais, além de reduzir custos e maximizar resultados com o compartilhamento de equipamentos e força de trabalho. Portanto, conclui-se que a cooperação através do compartilhamento material e imaterial é um multiplicador de recursos que contribuem para o desenvolvimento rural, fomentando a troca de informações e conhecimentos entre os envolvidos.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Apicultura. Cooperação. Desenvolvimento Rural.

---

<sup>1</sup> Graduado em Administração, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Rua Francisco Mota, 572, Pres. Costa e Silva, Mossoró-RN, CEP: 59625-900. E-mail: [andrelinhares0002@gmail.com](mailto:andrelinhares0002@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-4637-4003> Cel.: (88) 9 9936-2765

<sup>2</sup> Graduado em Administração, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Rua Francisco Mota, 572, Pres. Costa e Silva, Mossoró-RN, CEP: 59625-900. E-mail: [edinal.silva@alunos.ufersa.edu.br](mailto:edinal.silva@alunos.ufersa.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2895-2612> Cel.: (84) 9 9817-9511

<sup>3</sup> Graduado em Administração, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Rua Francisco Mota, 572, Pres. Costa e Silva, Mossoró-RN, CEP: 59625-900. E-mail: [wfs.well@gmail.com](mailto:wfs.well@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6023-0076> Cel.: (84) 9 9906-3686

<sup>4</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Rua Francisco Mota, 572, Pres. Costa e Silva, Mossoró-RN, CEP: 59625-900. E-mail: [betebop@ufersa.edu.br](mailto:betebop@ufersa.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9957-1393> Cel.: (84) 9 8602-4076

<sup>5</sup> Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rua Lagoa Nova, 1524, Natal - RN, 59078-970. E-mail: [claudiareginatavares@gmail.com](mailto:claudiareginatavares@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8055-385X> Cel.: (85) 9 9919-3820

## **Abstract**

This research aims to analyze the applicability of cooperation as a driving factor for collective analysis and action in the rural development of social agents in family agriculture, particularly in the honey production chain in the state of Rio Grande do Norte. Through a descriptive qualitative research with semi-structured interviews, the cooperation relationships present among the nine interviewees who compose the honey production chain were identified. It was possible to perceive that trust and reciprocity facilitate relationships and transactions between social agents, as well as reduce costs and maximize results through the sharing of equipment and labor. Therefore, it is concluded that cooperation through material and immaterial sharing is a multiplier of resources that contributes to rural development, promoting the exchange of information and knowledge among those involved.

**Keywords:** Family Agriculture. Apiculture. Cooperation. Rural Development.

## **Introdução**

O homem ancestral, na sua incansável luta pela sobrevivência, foi instituindo modos de se relacionar com indivíduos da mesma espécie. Assim, com o decorrer dos anos, as interações sociais tornaram-se cada vez mais intrincadas, a fim de atender a uma crescente demanda por realização de aspirações e vontades. Essas interações moldam a nossa estrutura nos âmbitos da economia, política e cultura.

Ao longo da história humana, a colaboração tem sido uma prática comum entre as pessoas, sendo utilizada para atingir objetivos coletivos. No entanto, essa forma de interação social sempre conviveu com práticas competitivas, que envolvem a disputa por recursos, poder e espaço. Nessa perspectiva, é possível compreender a colaboração como um aspecto fundamental da dinâmica social, que pode contribuir para a promoção do bem-estar coletivo e para o desenvolvimento de comunidades mais resilientes.

Entretanto, em nossa sociedade contemporânea, as práticas competitivas passaram a ter predominância. O que se estabeleceu foi uma cultura de competição, em que a sociedade passou a atribuir um valor positivo à prática da disputa (Bengtsson & Kock, 1999).

Vale ressaltar, cooperação e competição são duas forças eminentes que moldam a sociedade (Gidon, 2022). Ambas são importantes para a sobrevivência e o progresso da humanidade. No entanto, essas duas forças são frequentemente vistas como opostas uma à outra. A cooperação é vista como uma força positiva que une as pessoas em um objetivo comum (Schmitz, Mota & Sousa, 2017), enquanto a competição é vista como uma força negativa que separa as pessoas em um ambiente de luta pelo poder e pela vantagem (Béhar & Feitosa, 2020).

Embora existam diferenças entre cooperação e competição, ambas têm um papel importante na vida humana. A cooperação é necessária para a construção de sociedades

saudáveis e justas, onde as pessoas trabalham juntas em busca de um objetivo comum (Alves, 2022; Araújo et al., 2018; Schmitz, Mota & Sousa, 2017; Sousa, Schmitz & Mota, 2014). A cooperação é vista como uma força positiva porque incentiva à colaboração e a empatia, promovendo a união e a reciprocidade entre as pessoas. Em uma sociedade cooperativa, as pessoas são capazes de trabalhar juntas para resolver problemas e criar soluções inovadoras para questões complexas (Sabourin, 2004).

Em contrapartida, a competição é vista como uma força negativa porque pode criar desigualdades e conflitos (Ricci, Lima & Begnami, 2016). A competição pode levar as pessoas a lutar pelo poder e pela vantagem, muitas vezes à custa dos outros. A competição pode incentivar comportamentos antiéticos e desonestos, levando a um ambiente de trabalho tóxico e prejudicando o bem-estar mental dos indivíduos (Charness, Masclet & Villeval, 2013).

No entanto, é importante ressaltar que a cooperação entre as pessoas não se baseia apenas em interesses individuais, mas também em valores sociais, tais como a solidariedade, a confiança e a reciprocidade. Nesse sentido, as relações de cooperação não são apenas transações comerciais, mas também expressões de valores culturais e sociais que reforçam os laços entre as pessoas e as comunidades.

A presença do princípio da cooperação é mais evidente em áreas rurais, onde, apesar do avanço do capitalismo mercantil, os agricultores ainda baseiam suas estratégias de reprodução social em relações coletivas, fundadas na cooperação (compartilhamento de recursos, equipamentos, conhecimentos e informações) (Develtere, 1998; Pelegrini, Shiki & Shiki, 2015). Estudos realizados no semiárido brasileiro, como os de Sabourin (1999, 2004, 2006a, 2006b, 2009), comprovam a presença desses princípios entre os agricultores familiares da região.

A luta permanente de sobrevivência e reprodução dos agricultores familiares no meio rural leva-os a utilizarem diversas formas de geração de renda com atividades agrícolas e não agrícolas, coletivas ou individuais (Chalita, 2006).

Assim, os agricultores familiares, visando superar as dificuldades impostas pelo mercado, mantêm traços camponeses, como a produção de subsistência, porém realizam adaptações para se ajustarem às regras do mercado, que determinam os preços dos produtos agropecuários. Dessa forma, buscam reduzir os custos e aumentar a renda de suas atividades produtivas através do desenvolvimento rural. Ou seja, cooperação entre os sujeitos da agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento rural, pois permitem a união de esforços entre os agricultores e comunidades locais para alcançar objetivos comuns.

Dessa maneira, na agricultura familiar, em especial, a cooperação é uma estratégia importante para a superação dos desafios enfrentados pelos produtores, como a falta de recursos, conhecimentos, informações e a dificuldade de acesso a mercados. Ao se unirem em cooperativas, associações e outras formas de organização coletiva, os agricultores podem compartilhar conhecimentos, recursos e técnicas de produção, além de ganhar mais poder de negociação junto aos compradores (Silva & Schultz, 2017).

Na prática, essa dinâmica permite que os produtores rurais colaborem entre si em diversas fases do processo produtivo, desde a preparação do solo e plantio, passando pela colheita e chegando à comercialização dos produtos. Dessa forma, eles podem se apoiar mutuamente para aumentar a eficiência e reduzir os custos, além de fortalecer os laços da comunidade agrícola.

Desta forma, a cooperação é uma prática que contribui significativamente para o desenvolvimento rural, não apenas como estratégias econômicas, mas também como instrumentos de fortalecimento social e cultural. Ao promover esses valores, é possível criar comunidades mais unidas, resilientes e capazes de superar os desafios da vida rural.

Diante desse quadro, observa-se na literatura científica uma crescente tendência entre os agricultores familiares de se unirem em redes de cooperação, buscando desenvolvimento rural, acessar novas tecnologias, aperfeiçoar recursos de produção e unir forças para enfrentar o poder de mercado exercido pelos oligopsônios presentes na cadeia produtiva agrícola familiar (Tesche, 2007). Essa dinâmica suscita uma reflexão e justifica a importância do presente estudo.

Assim, a cooperação é uma estratégia importante para o desenvolvimento rural na agricultura familiar, permitindo que os produtores rurais colaborem entre si em diversas fases do processo produtivo. No entanto, está pesquisa tem como questionamento, como essa dinâmica é aplicada na prática na cadeia produtiva de mel no Estado do Rio Grande do Norte? Como a cooperação pode ser utilizada como direcionadores para análise e ação coletiva nos processos de desenvolvimento rural dos agentes sociais da cadeia produtiva de mel na região?

O objetivo deste artigo é analisar a aplicabilidade prática da cooperação como direcionadores para análise e ação coletiva nos processos de desenvolvimento rural dos agentes sociais da agricultura familiar, especificamente na cadeia produtiva de mel no Estado do Rio Grande do Norte.

Na primeira seção deste artigo, são examinadas as teorias que explicam a importância da cooperação no ambiente de trabalho, destacando a transição do indivíduo singular para as relações coletivas como uma estratégia de fortalecimento. São explorados temas como a

colaboração mútua em relação ao uso de recursos, equipamentos, troca de conhecimentos, informações e práticas de trabalho, entre outros aspectos relevantes para a promoção de uma cultura de cooperação. Na segunda seção, é abordada a prática da cooperação agrícola nos assentamentos rurais, explorando sua importância estratégica para o desenvolvimento rural. São apresentados embasamentos teóricos sobre ações coletivas que são fundamentadas na cooperação em comunidades rurais, com destaque para os benefícios socioeconômicos gerados por essas práticas. Examino como essas práticas e valores podem ser utilizados para atualizar e fortalecer as políticas de desenvolvimento rural. Na terceira seção, é apresentada a relação entre cooperação na cadeia produtiva de mel como um meio de promover o desenvolvimento rural e aprimorar a situação socioeconômica das comunidades envolvidas.

## **Revisão de literatura**

### **2.1 Cooperação e sua forma de compartilhar**

No que se refere à origem do movimento cooperativista, o mesmo se iniciou na Inglaterra, no século XIX, pela crescente marginalização dos pequenos artesãos de Rochdale, que foram sendo substituídos pelas máquinas de tear industriais que surgiam. Esse modelo de cooperativismo tem como base alguns princípios, como a igualdade, equidade e solidariedade (Schmidt & Perius, 2003). Dessa forma, percebe-se a cooperação como um princípio básico, sendo o mesmo abordado e caracterizado a seguir.

Variavelmente, as relações de convivência no ambiente laboral despertam a necessidade de desapegar do potencial e da subjetividade individual em prol da condescendência (cooperação) coletiva (Giannini et al., 2019; Dejourn, 2004; Alves, 2022; Araújo et al., 2018).

Sintetizando o apresentado, a cooperação requisita “que uma parte da inteligência e da subjetividade sejam renunciadas pelo bem do coletivo e ela é uma reação à coordenação prescrita pela organização do trabalho” (Giannini et al., 2019, p. 4).

Ao abdicar partes de interagir da forma racional individual, de comportamentos e valores singulares visto como virtude pelo indivíduo singular, atraem-se elementos de cooperação e compartilhamento, que são imprescindíveis para fortalecer a coesão do grupo no trabalho (Giannini et al., 2019).

Essa atitude supõe que os indivíduos desenvolveram relação de confiança, mediante na relação de trocas (compartilhar), que se materializa através de bens materiais, tais como equipamentos, maquinários, espaço de trabalhos etc., e bens imateriais como

compartilhamento de suas experiências, suas vivências, seus conhecimentos, seus saberes fazer em prol da melhoria de produção (Wolf, 2003; Tesche & Machado, 2012).

De uma maneira geral, a decisão para prescindir parte da inteligência subjetiva do indivíduo, estar no laço de confiança em compartilhar recursos e informações entre os indivíduos envolvidos na troca de valores, sejam em bens materiais ou imateriais.

O ato de compartilhar conhecimento de maneira concisa é tornar o conhecimento disponível para os sujeitos envolvidos na cooperação. Para Dorow (2014, p. 28), “a compreensão com detalhes de como compartilhar conhecimento tácito auxilia a desenvolver estratégias propícias”. Sordi, Binotto & Ruviano (2018, p. 28) grifa “[...] que o processo é ou deveria ser amistoso, em que as fontes e destinatários desse ato de compartilhar, se ajudariam e se beneficiariam com os resultados”. Esta união interativa é capaz de proporcionar um laço de confiança, promovida pela sinergia recíproca dos sujeitos.

Numa visão geral, a cooperação coletiva envolve a consciência que todos estejam dispostos a reconhecer, viver e compartilhar ações coletivas com outros indivíduos, fundamentadas em compartilhar a força de trabalho, partilhar formas de fazer o trabalho, experiências, informações, compartilhar recursos materiais (equipamentos, maquinários, insumos e local de trabalho), soluções, conhecimento, responsabilidades, vivências etc. (Caroly, Lorient & Boussard, 2006; Dejourn, 2004; Araújo et al., 2018; Giannini et al., 2019; Clot, 2010; Sznclwar, Uchida, & Lancman, 2011).

Esse discurso também chama atenção para as virtudes e estratégias de cooperação entre os agentes sociais na agricultura familiar, em ótica para o fortalecimento da produção. Tema este que será explanado a seguir.

## **2.2 Cooperação agrícola nos assentamentos rurais**

A agricultura familiar pode ser determinada pela atividade agrícola, em que a produção é realizada em pequenas e médias propriedades rurais, envolvendo no trabalho, exclusivamente pessoas ligadas à família (Moreira, et al., 2023; Pelegrini, Shiki & Shiki, 2015; Silva & Nunes, 2023).

A importância e os princípios éticos da agricultura familiar compõem-se na produção de alimentos saudáveis e orgânicos, livres de agrotóxicos e outros produtos químicos. Assim como também, contribui nas relações socioeconômicas dos espaços rurais, assim como, possui um conjunto de práticas e técnicas de natureza socioambiental nas relações produtivas e sociais (Pasqualotto, Kaufmann & Wizniewsky, 2019).

No Brasil, a agricultura familiar começou a ser considerada nas políticas públicas, em meados da década de 1990 (Grisa, 2012). Na mesma década, em 1996, por meio das lutas dos trabalhadores rurais por políticas públicas frente ao quadro crescente de exclusão social no espaço rural, originou-se um novo projeto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Troian & Machado, 2020).

Dentro da legislação brasileira, a definição de propriedade familiar rural, no Estatuto da Terra, artigo 4º no inciso II, constituído na Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, define que a:

"Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (Brasil, 2010).

Aliás, note-se que, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, define-se como área (terreno) máxima “pequena propriedade os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais” (Gonçalves & Souza, 2005, s/n).

Vale ressaltar que a inserção da agricultura familiar no Brasil deu-se na década de 1990, sendo reconhecido institucionalmente, mediante as pesquisas realizadas pela *FAO* em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esquerdo-Souza e Bergamasco (2015, p. 18) afirmam que “os resultados desses estudos foram publicados num relatório em 1994 que abordava sobre as ‘Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável’ para o Brasil”. Em vista disto, este tipo de produção agrícola, passou a ter respaldo nas políticas públicas do Brasil.

A participação de agentes sociais da agricultura rural nessas produções agrícolas vem desenvolvendo relações baseada na cooperação, nascidas da confiança e responsabilidade, proveniente de situações e objetivos em comuns (Wojahn & Martinez, 2008; Sabourin, Duqué & Malagodi, 2004).

Na agricultura familiar, a cooperação é uma prática comum e essencial para a sobrevivência e o sucesso das famílias rurais. Compartilhar conhecimentos, recursos e experiências são uma forma de aumentar a produtividade e a renda, além de promover a solidariedade e a coesão social.

Para Picolotto (2014), a agricultura familiar acaba sendo um vetor de desenvolvimento rural. Moreira, et al. (2023, p. 3611) considera “ainda, impulsiona uma sinergia social voltada à redução da pobreza rural e à promoção do desenvolvimento rural sustentável, ao mesmo tempo reverenciado suas tradições e preceitos morais [...]”.

Inúmeras literaturas científicas (Silva & Nunes, 2023; van der Ploeg, 2018; Pelegrini, Shiki & Shiki, 2015; Sabourin, Duqué & Malagodi, 2004; Silva & Schultz, 2017; Gómez López, 2004; Picolotto, 2014 e outros) despertam interesses nas relações estratégias de cooperação agrícola (ajuda mútua, compartilhamento de recursos e informações) entre os agentes sociais do meio rural, que visam a intensificação da agricultura familiar como modelo sustentável do desenvolvimento rural (produção de bens públicos locais).

Nesse contexto, a cooperação nasceu como uma resposta necessária e natural aos desafios enfrentados pelos agricultores familiares, como a necessidade de compartilhar recursos e conhecimentos, enfrentar a variabilidade climática e as flutuações do mercado (Alves, 2022).

Com relação ao exposto, Silva e Nunes (2023, p. 3) esclarece que a cooperação agrícola está “possibilitando canais de mediação com os mercados e para o acesso às políticas públicas de crédito, comercialização e assistência técnica, com repercussões na dinâmica de desenvolvimento rural no Brasil”.

Essas relações de cooperações têm desempenhado um papel fundamental na promoção do desenvolvimento da agricultura familiar, facilitando o acesso a crédito, mercados e assistência técnica, além de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os membros.

Assim, a cooperação agrícola tem sido impulsionada para promoção do desenvolvimento rural, à medida que a intensificação da dinâmica coletiva produtiva expande na cadeia de produtiva agrícola.

No entanto, a cooperação na agricultura familiar enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura, acesso limitado a recursos e falta de políticas públicas adequadas (Sabourin, 2006a, 2006b). Ainda há um longo caminho a percorrer para que a cooperação se torne uma prática disseminada e consolidada nas áreas rurais.

### **2.3 A importância da cooperação na produção de mel no desenvolvimento rural**

As considerações tecidas nesta seção apresentam um referencial teórico pautado no debate sobre cooperação como instâncias para a compreensão do desenvolvimento rural.

A natureza está repleta de exemplos de associativismo e cooperação. A este respeito, podemos citar o exemplo das abelhas, que além de viverem em sociedades, como muitos insetos, realizam espontaneamente um trabalho cooperativo, que vai desde a busca do néctar nas flores até a produção do mel na colmeia. Nesse sentido, os aspectos relacionados com a questão da comercialização apícola se destacam na atividade agropecuária, desde a

polinização das plantas, com o consequente aumento na produção de frutas e sementes, até a produção de alimentos para o sustento do homem no campo (Lengler, Lago & Coronel, 2007). Todavia, antes de discorrermos a respeito da contribuição da cooperação na apicultura é oportuno escrever sobre a produção do mel no Brasil e na região nordeste.

Até o final da década de 1980, grande parte do mel brasileiro era comercializada diretamente do apicultor para o consumidor, sem qualquer controle dos órgãos de inspeção federal ou estadual, quanto às condições higiênico-sanitárias, e quanto às características físicas, químicas e biológicas (Sattler, 1996). Em se tratando do mel, é muito importante que seja observado o controle de qualidade que deve iniciar no apiário durante o manejo das colmeias, até a unidade de extração de mel.

Vale apontar, que no ano 2000, com o aumento da participação do apicultor no mercado formal, passa estabelecer requisitos mínimos de qualidade do mel destinado para o consumo humano. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir da Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000, declara que o mel não deve apresentar adição de ingrediente alimentício ou de qualquer substância que altere sua composição original, assim como não deve conter apresentar início de fermentação ou efervescência (Bera & Almeida-Muradian, 2005). Tampouco, pode ser aquecido ou processado a fim de estender a sua composição essencial. Procedimentos químicos ou bioquímicos não devem ser usados para influenciar a cristalização do mel. Quanto à higiene, o regulamento declara que o mel, quando comercializado, deve estar isento de substâncias orgânicas ou inorgânicas censuráveis, como fragmentos de insetos ou grãos de areia (Kawakami, 2016). O produto também deve estar livre de microrganismos em quantidade que possa representar risco à saúde do consumidor.

Cabe destacar, que o mercado dos produtos apícolas, no âmbito da produção familiar transcende a dimensão meramente econômica, pois proporciona melhorias consideráveis na qualidade de vida dos indivíduos envolvidos na atividade. O mel produzido pode ser consumido pela família como pode ser feita comercialização do excedente de mel produzido gerando emprego e fixando o homem no campo (Moreira et al., 2023).

As constantes mudanças na economia mundial têm alterado significativamente o comportamento-social, tecnológico e produtivo da sociedade moderna. O homem contemporâneo vê-se em meio a um processo produtivo marcado pela presença de oligopólios que dominam a cadeia de produção e consumo do mercado globalizado. Perante esse contexto para se adequar as exigências da competitividade global das organizações, pequenos produtores transformaram a participação individual em participação comunitária como uma alternativa

para minimizar os elevados custos de produção e comercialização dos produtos, permitindo também a possibilidade de barganhar melhores preços e uma inserção mais competitiva nos mercados.

Isto mostra que, as relações de cooperação surgem como um conjunto de práticas sociais e econômicas desempenhadas pelos pequenos módulos familiares, almejando benefícios comuns, os quais quando isolados não conseguiriam tais benefícios por si sós, frente ao mercado tal como acesso aos financiamentos e equipamentos coletivos (Sabourin, 2006a). Corroborando com esse pensamento Albuquerque (2003) afirma que, o associativismo sinaliza um conjunto de ações realizadas por pessoas mobilizadas, a partir de um projeto, que buscam superar dificuldades em função de um interesse em comum e busca, ainda, conseguir melhores condições de vida, cujo resultado esperado é a possibilidade de continuidade do grupo.

Desta forma, a comercialização dos produtos provindos de assentamentos e comunidades rurais acontece dentro de um circuito social restrito que permite a articulação com estruturas de reciprocidade, principalmente a face a face, que envolve estrutura de reciprocidade ternária bilateral. Assim, os mercados de proximidade, além de um espaço que assegura a comercialização dos produtos locais, funcionam como instrumento de manutenção e fortalecimento das estruturas de cooperação na Comunidade.

Vinculada esta concepção Barros (1994), argumente que a organização associativa supõe as seguintes funções: tornar mais eficiente o esforço do grupo; aumentar o seu rendimento; diminuir o esforço de cada participante; dividir o trabalho ou as suas operações a serem realizadas; tornar um grupo mais integrado e estimular a interdependência dos indivíduos dentro da organização.

No entanto, apesar de terem a possibilidade de crescimento e ganhos financeiros, deve-se ressaltar que não se pode atribuir à organização cooperativa a solução dos problemas evidenciados no atual sistema econômico (da Silva & Ratzmann Holz, 2008).

### **Metodologia**

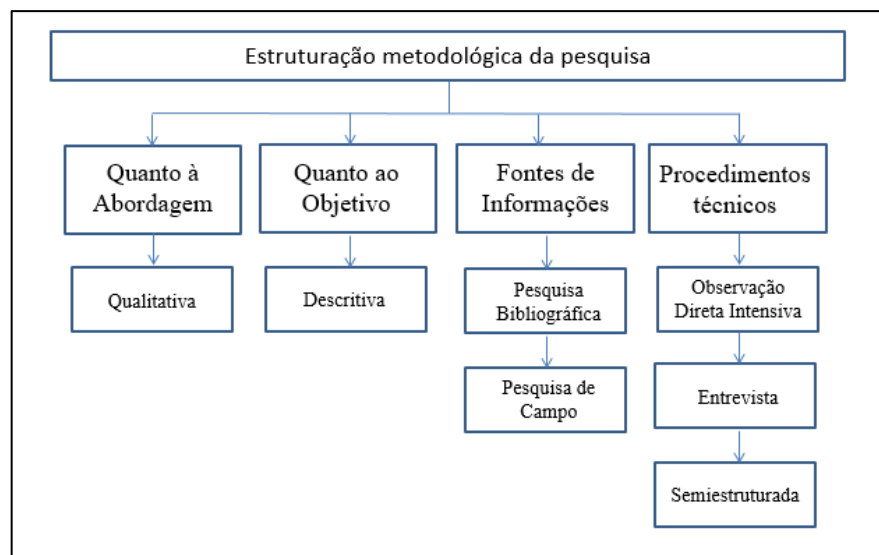
O presente estudo é de natureza qualitativa que salienta descrever o tema da pesquisa, com objetivo descritivo (Farias Filho & Arruda Filho, 2015; Richardson, 2017; Gil, 2019), pois visa compreender os elementos presentes na relação de cooperação entre os agentes sociais da cadeia produtiva de mel do Estado do Rio Grande do Norte. Tendo em vista, os procedimentos técnicos para construção das fontes de informações desse estudo, sucederam

pelo levantamento de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo (Gil, 2019; Marconi & Lakatos, 2012). A Figura 1 elucida a visita técnica de campo em São Rafael-RN.



**Figura 1 – Visita técnica de campo em São Rafael (RN)**  
Fonte: Autores (2021).

Baseando-se nos objetivos deste estudo, foi formulado um fluxograma da metodologia de pesquisa para melhor compreensão da estrutura metodológica deste estudo (Figura 2).



**Figura 2 – Fluxograma da metodologia científica**  
Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Para a coleta de dados, a técnica utilizada foi a entrevista com roteiro semiestruturado (Manzini, 2004). A realização das entrevistas e seleção dos participantes da pesquisa, foram agentes sociais que fazem parte da cadeia produtiva do mel do Rio Grande do Norte, mapeado

nos municípios de Alto do Rodrigues, Caraúbas, São Rafael, Apodi, Natal e Serra do Mel, participantes com perspectivas diferentes sobre as relações e compreensões de cooperação através do compartilhamento, em prol de melhoria da produção.

Eles estão categorizados como produtores/apicultores da agricultura familiar, proprietários de casas de mel, proprietários de entrepostos e representantes dos órgãos certificadores (Idiarn e Mapa), garantindo assim, a diversidade da amostra. O acesso aos sujeitos ocorreu a partir das cooperativas, seguido das associações, chegando aos membros vinculados. O Quadro 1 mostra a classificação dos sujeitos participantes deste estudo.

| CÓDIGO | SEXO      | CATEGORIAS                                    |
|--------|-----------|-----------------------------------------------|
| P1A    | Masculino | Associado                                     |
| P2C    | Masculino | Pres. Cooperativa                             |
| P3R    | Masculino | Representantes de órgão certificador (Idiarn) |
| P4R    | Masculino | Representantes de órgão certificador (MAPA)   |
| P5P    | Masculino | Produtor                                      |
| P6C    | Masculino | Cooperativa                                   |
| P7P    | Masculino | Produtor                                      |
| P8E    | Masculino | Proprietário de entrepostos                   |
| P9C    | Masculino | Cooperativa                                   |

**Quando 1 - Classificação dos sujeitos pesquisados**

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Mediante as informações anteriores, no intuito de garantir a confidencialidade das informações e privacidade dos participantes da pesquisa, decidiu-se utilizar um sistema de símbolos que será exibido por letras e número. A letra E (simboliza entrevistado) e A, C, R, P e E (simbolizam o relacionamento ativo a atividade da cadeia de produção de mel), sucessivo de números em ordem crescente que ocorreram as entrevistas (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e E9):

- E1A – Participante 1 Associado
- E2C – Participante 2 Cooperativa
- E3R – Participante 3 Representante
- E4R – Participante 4 Representante
- E5P – Participante 5 Produtor
- E6C – Participante 6 Cooperativa
- E7P – Participante 7 Produtor
- E8E – Participante 8 Entrepasto
- E9C – Participante 9 Cooperativa

Assim, foram entrevistados 9 agentes sociais da cadeia produtiva de mel do Rio Grande do Norte. As entrevistas foram *in loco* no período de abril de 2021 a julho de 2021. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas integralmente, em formato de texto (arquivos

em Word) para análise de dados. Utilizou-se a técnica de análise interpretativa, ao qual prescreve o processo analítico ao distanciamento, explicação e compreensão das experiências vividas pelos agentes sociais da cadeia produtiva de mel (Ricoeur, 2000; Geanellos, 2000). A categoria e as subcategorias de análise emergiram das literaturas científicas. O Quadro 2 (a seguir) mostra as relações da dimensão entre categoria e subcategorias de análise.

| Dimensão   | Categoria        | Subcategoria                                            | Autores                                                                                                 |
|------------|------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Cooperação | Compartilhamento | Compartilhamento de equipamentos                        | Tesche, (2007); Sabourin (1999); Sabourin (2006b)                                                       |
|            |                  | Compartilhamento de força de trabalho                   | Tesche, (2007); Lacerda e Malagodi (2008); Sabourin (1999); Sabourin (2004); Sabourin (2006b)           |
|            |                  | Compartilhamento de informações                         | Alcará et al. (2009); Ipe (2003); Cohen (1998); Nonaka & Takeuchi (1997); Davenport (2000); Choo (2003) |
|            |                  | Compartilhamento de soluções, conhecimentos e vivências | Chute (2007); Hoof, Ridder & Aukema (2004); Giannini et al. (2019)                                      |
|            |                  | Compartilhamento de responsabilidades e confiança       | Sabourin (2006a); Tesche, (2007); Silva et al. (2004)                                                   |

**Quadro 2 – Categorias e subcategorias da pesquisa**

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

## Resultados e Discussões

Este tópico apresenta e discute o detalhamento da análise dos dados obtidos pelos participantes desta pesquisa, consagrado pelo os agentes sociais da cadeia produtiva de mel (Quadro 1), que residem no Rio Grande do Norte (RN).

### 4.1 Cooperação

Nesta dimensão da cooperação, estão relacionados às trocas de recursos entre os agentes sociais, tanto materiais quanto imateriais. Os recursos materiais incluem maquinários, ferramentas, espaços de trabalho, entre outros, enquanto os imateriais incluem informações, soluções, experiências e responsabilidades. Ao compartilhar esses recursos, é possível aumentar a eficiência dos processos de trabalho.

#### 4.1.1 Compartilhamento

A categoria *compartilhamento* abordará os depoimentos dos agentes sociais, a respeito de suas atividades laborais dentro da cadeia produtiva apícola do Rio Grande do Norte (RN), que convergem às dimensões social e econômica, exigindo uma relação sinérgica entre os agentes da comunidade do entorno. Este é o resultado de ações coletivas por meio do envolvimento dos agentes sociais da agricultura familiar, baseado no compartilhamento, trabalhando para um objetivo comum (resolução de problemas), a fim de melhorar a produtividade.

Os elementos de análise dos depoimentos dos agentes sociais, estão direcionados ao respeito de como tem se dado as formas de compartilhamentos de recursos materiais (matéria prima, equipamentos, espaços de trabalho, maquinários etc.) e imateriais (prestação de serviços, responsabilidades, confiança, informações, soluções, ofícios e modos de fazer etc.) que, ao serem compartilhados, são capazes de estimular o desenvolvimento em assentamentos, comunidades, cooperativas e agente sociais rurais, no qual passam assumir um novo e estratégico papel na esfera econômica e social da região.

Como constructo dessa pesquisa, *compartilhamento* é dado como categoria dessa seção, que se materializa a partir de cinco subcategorias: a) Compartilhamento de equipamentos; b) Compartilhamento de força de trabalho; c) Compartilhamento de informações; d) Compartilhamento de soluções, conhecimentos e vivências; e) Compartilhamento de responsabilidades e confiança.

#### **4.1.1.1 Compartilhamento de equipamentos**

Segundo Tesche (2007, p. 42) compartilhamento de equipamento “trata-se de uma gestão compartilhada de bens coletivos, mas também de uma forma de dádiva produtiva, uma forma de solidariedade na produção”.

Sobre o compartilhamento de equipamentos, os depoimentos dos entrevistados apresentaram-se poucas descrições sobre as relações de compartilhamento de recursos materiais (maquinário, infraestrutura e equipamento).

Alves (2022) apresenta algumas dádivas dos beneficiamentos de compartilhar entre outro:

[...] percebe-se que o compartilhamento de recursos materiais interfere e, ao mesmo tempo, sofre interferência das relações sociais. Logo, aqueles que têm a possibilidade de viver uma história em comum, de conviver comunitariamente, têm maiores chances de compartilhar recursos necessários para a execução das atividades. Ao mesmo tempo, aqueles que compartilham recursos, criam laços afetivos entre si, trocam vivências e saberes, fortalecendo o senso de coletivo e o desejo de executar uma obra comum (Alves, 2022, p. 120).

A prática de compartilhamento de equipamentos vem ganhando destaque como uma forma de reduzir custos, aumentar a eficiência e promover a colaboração entre os agentes sociais. Um depoimento que reforça essa ideia é o seguinte:

*Para a gente fazer o treinamento, a gente fez uma parceria com esse rapaz na divisa, de Boi Selado, que ele tinha um apiário, dois apiários, com 20 colmeias, tinha a centrífuga, equipamento rústico. A gente o chamou para fazer curso com a gente, que ele não tinha tido curso de nada e ele já produzia mel. E ele disponibilizava o equipamento dele e tinha curso com a gente. Ele veio. Então a gente teve o equipamento desse rapaz particular, o apiário dele pra a gente visitar, tudo. Aí chegou o momento que a gente fundou a Associação. A cooperativa compra o excedente [da associação] (E2C).*

Nesse relato, é possível perceber que o compartilhamento de equipamentos é fruto de trocas que envolvem interesses variados, que vão desde a utilização de recursos materiais até a troca de conhecimentos e informações. Essas trocas são motivadas pela construção de laços coletivos, que resultam em objetivos comuns entre as partes envolvidas. O compartilhamento, portanto, pode ser entendido como uma prática colaborativa que estimula a cooperação e a construção de relações de confiança entre os agentes sociais. Além disso, o compartilhamento pode ser um meio importante para a distribuição de produtos e serviços, fortalecendo a economia local e gerando benefícios para todos os envolvidos.

#### **4.1.1.2 Compartilhamento de força de trabalho**

Estrategicamente, há entidades com planos de ação, no contexto do desenvolvimento local, com o objetivo de criar condições ou mesmo melhorar a capacidade produtiva local, em conjunto com os atores sociais, em um processo de interação com as ONGs e o envolvimento do entorno comunitário. Segundo Mielke (2009, p. 50) a cooperação comunitária para o desenvolvimento local “é uma das grandes chaves para o sucesso”. Na pesquisa realizada, essa experiência de cooperação se mostra bem consolidada nas falas dos sujeitos E2C e E6C: “Reveza, é tipo assim: eu vou colher meu mel hoje, então vão dois ou três comigo. Quando vão colher os deles, eu vou com eles” (E6C), o que evidencia a importância da união de esforços para alcançar objetivos comuns e promover mudanças significativas na realidade local.

*[...] em 2019 a COPAB distribuiu mil e vinte três colmeias pra os seus cooperados certo, através do projeto governo cidadão com intuito de alavancar a apicultura do estado certo, eu diria que no quadro de cooperado hoje a gente teria algo em torno de três mil e quinhentos a quatro mil colmeias no nosso quadro de cooperado, certo (E2C).*

*Foi através de um grupo de jovens aqui da comunidade, aqui é um assentamento do INCRA, e através de uma ONG também que nos auxiliou durante uns dez anos. Então surgiu esse entendimento de a gente trabalhar com apicultura e começou pela juventude aqui. Eu fui membro do grupo, fui coordenador do grupo na época e a gente optou por trabalhar com apicultura (E6C).*

A articulação de cooperação através do compartilhamento entre instituições governamentais, organizações não governamentais (ONGs) e agentes sociais da cadeia produtiva do mel tem gerado benefícios e estímulos para o desenvolvimento local de comunidades agrícolas. Essa iniciativa tem como objetivo alavancar a produção de mel, promovendo o fortalecimento da economia local, a valorização da cultura e da tradição das comunidades rurais e a melhoria da qualidade de vida dos produtores. Nesse sentido, a cooperação entre os diferentes atores envolvidos é fundamental para o sucesso das ações, uma vez que permite o compartilhamento de conhecimentos, recursos e experiências, além de fortalecer os laços de confiança entre as partes. O resultado é uma cadeia produtiva mais sustentável, inclusiva e participativa. No depoimento E6C, observa-se que a união dos apicultores é baseada em laços de vizinhança e em interesses comuns, além de relações interpessoais pautadas na confiança mútua. A ONG, por sua vez, estabelece uma relação de construção e partilha de conhecimento, funcionou como um agente de desenvolvimento local nas comunidades rurais. Nesse contexto, o interesse coletivo prevaleceu originado de novas relações recíprocas e coletivas entre os agentes sociais da cadeia produtiva de mel. Essas relações são fundamentais para o sucesso das ações, pois permitem a troca de experiências, o compartilhamento de recursos e a construção de uma rede de colaboração e apoio mútuo.

Em narrativas do sujeito, “*Essa ONG aqui de Caraúbas prestava assistência para a gente e a gente começou esse trabalho, de muita capacitação, muitos cursos, teve todo um estudo para iniciar. E aí a gente veio a se agrupar*” (E6C). Os associados, cooperados e familiares produtivos usufruem de benefícios decorrentes das relações de compartilhamento de produções e força de trabalho, que os impulsionam a resistir aos problemas socioeconômicos do meio rural.

Essas relações de cooperação e interdependência são fundamentais para o fortalecimento da economia local e para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Além disso, o compartilhamento de recursos e conhecimentos contribui para o aumento da produtividade e competitividade dos agricultores familiares, permitindo-lhes enfrentar de forma mais eficiente os desafios enfrentados no campo. Dessa forma, a

colaboração mútua e o compartilhamento de recursos mostram estratégias fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e para a garantia da segurança alimentar das famílias rurais.

*Ai a gente aqui trabalha assim né, tem os apiários, a gente divide, as vezes os apiários com 30 ou 40 colmeias em cada canto, aí a gente tem o carro, tem uma saveiro, a gente vai até o apiário na saveiro, ai aqui também a gente tinha os alimentar as colmeias, [...] a gente foi até lá ai extrai esse mel traz pra casa, casa de mel da gente, que não é uma casa de mel, é um ponto que a gente fez com recurso próprio. Já batalhamos muito por uma casa de mel, mas não conseguimos, foi cada um deu sua parte e a gente construiu um prédiozinho lá, compramos equipamentos, todo mundo junto, eu acho que foi 20 pessoas que decidiu entrar na apicultura e compramos centrífuga, mesa, fizemo essa estruturazinha lá e até hoje a gente tava fazendo assim (E5P).*

O acesso aos equipamentos e patrimônio adquiridos pelo grupo é resultado de um processo coletivo de compartilhamento de força de trabalho, com um objetivo comum. Segundo Lacerda e Malagodi (2008, p. 97) “a realização das atividades laborais através da utilização de práticas coletivas surgiu como condição encontrada para resolver as dificuldades com as quais estes indivíduos se deparavam”.

Essa relação de cooperação e colaboração mútua entre os agentes sociais do entorno é fundamental para gerar sinergias que possibilitem a criação de novos empregos e melhoria da renda das famílias envolvidas. O compartilhamento de recursos e conhecimentos também contribui para a capacitação e formação dos familiares, o que aumenta sua competência e eficiência no campo.

#### **4.1.1.3 Compartilhamento de informações**

Para Alcará et al. (2009) o compartilhamento de informações é influenciado por diversos fatores, dentre os quais a motivação desempenha um papel importante. A motivação pode ser definida como o conjunto de impulsos internos que levam uma pessoa a agir de determinada maneira, a adotar uma atitude ou comportamento específico em uma dada situação.

Pode-se inferir que a informação e o conhecimento são fatores fundamentais para o sucesso na cultura produtiva de abelhas, pois permitem aos produtores familiares o acesso a técnicas e práticas mais eficientes de manejo, além de possibilitar uma melhor compreensão do comportamento das abelhas e das necessidades das colmeias. Nesse sentido, a disseminação de informações sobre a apicultura por meio de cursos, treinamentos e outras atividades de capacitação, bem como o compartilhamento de experiências entre os produtores,

podem contribuir significativamente para o aumento da produtividade e qualidade do mel produzido, além de propiciar melhores condições de vida para as famílias envolvidas.

Observe-se que, para os agentes sociais da cadeia produtiva de mel, o compartilhamento de informações é um elemento central para aprimorar a produção e a qualidade do mel. Essas informações são disseminadas por meio de diversas fontes, como instituições governamentais, organizações não governamentais e sites especializados em compartilhamento de vídeos, conforme destacado nos depoimentos dos produtores. Esse intercâmbio de conhecimentos possibilita o acesso a novas técnicas de manejo, informações sobre boas práticas agrícolas e tendências de mercado, entre outros assuntos relevantes para a atividade apícola.

*Conhecimento sempre é bem-vindo, só que hoje eu vejo que a gente tá muito bem preparado. Que a gente tava sendo acompanhado por um dos melhores consultor do Brasil, que era o Robson Rally, ele trabalha pelo Sebrae (E5P).*

*No início foi apicultura básica. Depois a gente foi conseguindo outros, através do SEBRAE. Hoje a gente está tendo um acompanhamento do SEBRAE na apicultura avançada (E6C).*

*No nosso caso, eu que fundei o grupo de apicultores, busquei informações sobre apicultura desde o início e tem mais de 10 anos que sou consultor do SEBRAE na área da apicultura (E7P).*

*É, na verdade quando eu comecei na apicultura, eu comecei através realmente da associação, eu via o pessoal criando e realmente tive interesse em criar, só que para dizer assim, “você adquiriu conhecimento como?”, pelo YouTube, nunca chegou uma pessoa para me dizer assim, “você vai fazer assim e assim”, eu fui para o YouTube, comecei a assistir vídeo, fui aprendendo e hoje estou fazendo o que eu faço (E1A).*

O depoimento do E3R aponta para a importância da disponibilidade de informações e conhecimentos para a atividade produtiva de mel, bem como para a legitimação da distribuição do produto, como fatores determinantes para a melhoria da situação dos apicultores locais. A ausência dessas informações e o consequente desconhecimento dos requisitos de certificação podem ser obstáculos para a recepção do mel e para o sucesso da atividade apícola na região.

*Muitas vezes é a falta de orientação técnica, o maior pecado diante de todo arcabouço, é a falta de orientação técnica, porque as vezes você ver uma cooperativa ou associação com um pouco de recurso financeiro, mas daria para ele construir ou adentrar aquela unidade dele, mas aí o que é que se faz, não buscam uma acessória técnica ou parceria que possam ajudar nisso e usa todo aquele recurso do formato que julgam que vai ficar bom, que vai atender as necessidades, quando ele vem para se registrar o cara diz que não tem mais recurso, quando busca uma acessória técnica você também evidencia que de fato foi mal aplicado aquele recurso naquele momento ali, então eu acho que faltou primário e maior de todos seria essa*

*orientação técnica, onde você pode contratar associação ou parceria ou profissional que conheça da estrutura, a EMATER tem profissionais que conhecem bem dessa parte de beneficiamento do mel, o SEBRAE tem programas que trabalham muito bem essa cadeia e até umas instituições privadas (E3R).*

A partir da fala do E2C, é possível perceber a importância da troca de informações para o desenvolvimento rural e para o aprimoramento do trabalho na região do Semiárido. No entanto, também é identificado no depoimento que a falta de interesse e de tempo são fatores limitantes que impedem os cooperados de participarem ativamente na construção coletiva do conhecimento.

*[...] então tô tentando a informação de mercado hoje, que por exemplo eu tô sabendo que teve uma ação contra o mel latino americano lá nos estados unidos certo, sem acesso à informação, sem estudo, eu não ia ter essa informação, né. Eu sei que mel faz parte de um commodities né que se eu não tivesse por exemplo, feito comercio exterior num ia saber disso né, então eu acho que isso afeta diretamente certo, pra melhor ou não né, muito comum hoje a gente ter certo, [...] eles não aderem essa questão de tecnologia se você passar qualquer informação, eles diz que não precisa mais que sabe criar abelha, alguns deles não tem interesse nem tempo pra isso, gosta mais do campo mesmo, de tá lá produzindo então quem tem acesso à informação que estuda, que tem um nível né de educação melhor com certeza, se sobressai muito melhor nessas questões certo, até pra você receber uma pessoa na cooperativa, dialogar, conversar, isso é uma coisa jamais vista antes, você receber uma pessoa de outro país na cooperativa né, falar outra língua, ter tipo né, tratar de negócios de relações comerciais com relação a mel então isso é algo, sabe, muito significativo, eu acredito que isso aí tem influência direta certo, no sucesso ou não né, isso que a gente tá fazendo agora aqui (E2C).*

No relato do E3R, é possível identificar que a falta de convivência e compartilhamento de informações entre os membros da cooperativa pode ser um fator limitante para a dinâmica de trocas e para a construção de alianças de dependência. Essa ausência de diálogo e cooperação pode prejudicar a união e a força do grupo, além de dificultar o desenvolvimento de estratégias conjuntas e o compartilhamento de conhecimento e experiências entre os cooperados.

*Às vezes é falta de informação, a ignorância nos deixa fora de algumas coisas. Então vamos levar essa informação ao ponto de conseguir, tentar aproximar porque é a questão de lincar os elos mesmo, se a gente não fizer isso vem uma força maior (E3R).*

O depoimento a seguir traz uma reflexão sobre o impacto do compartilhamento de informações na cultura produtiva da apicultura e na satisfação dos agentes sociais. É destacado que o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os apicultores contribui para aprimorar as práticas de criação de abelhas, além de gerar uma sensação de contentamento com os resultados obtidos.

*Nos cursos, nas capacitações, nos intercâmbios, a gente foi vendo que a apicultura não era só criar as abelhas e ir buscar o mel. Há todo um contexto muito maior, de conhecimento, que trouxe um grande desenvolvimento para a comunidade. A gente não imaginava o mundo em que a gente estava entrando. Num mundo de uma família muito organizada, que é a família das abelhas. Assim o projeto ganhou dimensão, a gente começou a entender. A gente queria algo que não interferisse nos nossos estudos, na escola, e a apicultura veio a somar, nosso conhecimento junto com o colégio de cada um, o curso que cada um estava fazendo (E6C).*

Uma análise dos depoimentos colhidos no estudo mostra que a informação é um recurso crucial para o desenvolvimento rural e é compartilhada de diversas formas pelos agentes da cadeia produtiva do mel. A partir da capacitação de conhecimento desenvolvida por instituições públicas e privada, esses agentes conseguem gerar e disseminar informações que criaram para o desenvolvimento da atividade produtiva de mel, promovendo o crescimento econômico e social das comunidades rurais envolvidas.

#### **4.1.1.4 Compartilhamento de soluções, conhecimentos e vivências**

Uma das ideias apresentadas na subcategoria de compartilhamento de soluções, conhecimentos e vivências é a busca por melhorias na produção, que envolve todos os agentes sociais do entorno. Isso ocorre por meio de um processo sinérgico de compartilhamento, onde as soluções encontradas por um agente podem ser aproveitadas por outros. Para Hoof, Ridder e Aukema (2004), o processo em que os indivíduos compartilham mutuamente seus conhecimentos (sejam eles tácitos ou explícitos) e colaboram para criar novos conhecimentos é conhecido como criação de conhecimento colaborativo. Essa troca de experiências e conhecimentos é importante para o desenvolvimento do setor e para a promoção de melhorias na produção de mel.

Através dos depoimentos dos agentes sociais, é possível observar que o compartilhamento de soluções, conhecimento e vivências é fundamental para a consolidação e desenvolvimento da cadeia produtiva de abelhas na região. Essa troca de informações tem como objetivo melhorar a execução das atividades produtivas e trazer benefícios para todos os agentes envolvidos. Dessa forma, é possível perceber que o compartilhamento é uma estratégia importante para o sucesso da produção de mel na região.

Nesse sentido, descrevem-se alguns depoimentos de compartilhamento de soluções. Uma cooperação efetiva entre os agentes sociais envolvidos na cadeia produtiva de mel pode ser observada por meio do compartilhamento de soluções e conhecimentos. Por meio dos

depoimentos, é possível constatar a integridade recíproca e o comprometimento dos envolvidos em contribuir para o desenvolvimento da atividade produtiva.

*[...] as despesas da gente eram mais altas quando pagava veterinário. Com Patrícia, ela chegou ao ponto e disse: “Francisquinho, olhe, eu quero ajudar os apicultores. Eu não quero nada.” Mas o pai dela tem uma quantidade de gado que é maior do que o cercado suporta e pegou um ano de estiagem, e eu tenho um cercado lá com pouco gado. Aí eu peguei e disse: “Você pode levar o gado, eu não quero nada”, porque Patrícia ajuda a gente na casa de mel (E1E).*

*[...] é bacana eu construir uma unidade de mel em um Município tal, mas não é bacana que atenda só aquele Município, só aquela cooperativa... imagine na cadeia do mel, você colocando unidades dessas de forma equidistante, o que isso não vem a abarcar para o pessoal, eu venho a diminuir o custo do transporte daquela minha matéria-prima até a unidade de beneficiamento e todos vão ganhar daquela cooperativa naquela comunidade, acho que uma das ideias também seria essa do pessoal passar a entender isso (E3R).*

*Então a solução que eu proponho, que está sendo proposta, é que a cadeia produtiva do mel invista na parte de certificação, [...] a certificação não é algo para ele adquirir por que ele está sendo obrigado a adquirir, pelo contrário, é algo que ele tem que perseguir para que ele consiga sair na frente da sua concorrência, para que ele consiga ser melhor que o produtor do outro estado, melhor que o produtor de outro país, né, para que ele consiga junto com seu vizinho entregar um produto de boa qualidade e que tenha reconhecimento, que seja notadamente atestado por algum órgão, seja ele privado ou público, e possa fazer então com que a comercialização dele se modifique (E4R).*

*[...] a gente não tinha uma contrapartida para adiantar e dar no projeto, porque tinha que ter a contrapartida do governo, e nosso amigo Cabo conseguiu esse dinheiro, né? Deixar lá preso, enquanto a Apismel não conseguia a contrapartida, com algum governo, com alguém que disponibilizasse a contrapartida, que era de 50 mil na época... foi o Cabo que conseguiu esses valores, e hoje a gente está com um caminhão e duas motos, para ajudar na coleta (E9C).*

Uma das principais era que se chega ao analisar os depoimentos dos agentes sociais da cadeia produtiva de mel é que o compartilhamento de conhecimento é fundamental para o desenvolvimento da região. Segundo Chute (2007) a criação de conhecimento colaborativo é uma atividade que requer um planejamento e gerenciamento sistemáticos, envolvendo um grupo de indivíduos comprometidos em compartilhar seus conhecimentos, ideias e experiências para alcançar as metas estabelecidas.

Tanto os agentes governamentais quanto os não governamentais são apontados como importantes fontes de informação, e a troca de conhecimentos contribui para a melhoria da produção e aprimoramento das práticas de trabalho dos apicultores e demais agentes dessa cadeia produtiva. O compartilhamento de conhecimento é, portanto, uma forma de transformação positiva para a região. Isso fica evidente nestes relatos:

*Tivemos um grande avanço recentemente, acho que vocês devem saber disso, não sei se está na pauta de vocês, mas se tiver já adiantado e se não tiver acrescento, que é a parte das melíponas a lei que saiu agora recente, o nosso decreto que foi fantástico, foi elaborado a 200 mãos, foi IDIARN, o pessoal da UFERSA, foi a EMATER, o SEBRAE e a mola principal que eu digo, foi o pessoal das associações. Nós ouvimos quem está na ponta, eles trouxeram pra gente as necessidades dele, a gente precisa que seja assim, se não é possível vamos tornar um pouco mais possível, já estão colocando aqui o decreto 30860, está saindo do “forno” agora (E3R).*

*É. A gente tem acompanhamento, boas práticas, como, em pra não contaminar o mel. Porque se você não tiver cuidado o mel né, o mel é um alimento que ele vem direto da colmeia pra o consumidor, se você não tiver as boas práticas você contamina, pode contamina o mel. Você tem que saber, tem que ter uma formação (E5P).*

*A nossa produção ainda é pouca, muito baixa. Quando a gente conseguiu essa estrutura, a gente tinha pouco mais de cem caixas de abelhas. Com o conhecimento que a gente tinha na época, a gente estava achando que estava abafando, com uma estrutura enorme. Mas nada de pensar na questão de produção e na questão de manter. Daí um grande desafio, que até hoje a gente permanece com ele, de trabalhar e manter. Hoje está melhorando um pouco porque a gente viu que é preciso aprender a produzir para ter uma boa produção (E6C).*

Os depoimentos dos agentes sociais envolvidos na cadeia produtiva de mel destacam a importância do compartilhamento de vivências na busca por melhorias na produção. Giannini et al. (2019) “[...] compartilhar as suas vivências, incluindo impasses, questões, dificuldades e soluções ligadas à experiência do seu trabalhar, favorecendo uma maior apropriação do trabalhar”. Através da colaboração e da iniciativa de produção conjunta, é possível trocar experiências e promover aprendizados que impulsionam o desenvolvimento da cadeia produtiva, gerando benefícios para todos os envolvidos.

*Mais precisamente, esse trabalho começou forte em Apodi, desde a década de 60 já existiam os primeiros trabalhos de cooperativas de organização aqui em Apodi. E nós aqui da região começamos, mais precisamente em 1982, através de um trabalho forte da igreja católica, através do nosso pároco Teodoro, um holandês que fez esse trabalho aqui de organização e todo trabalho da organização começou através disso. Então, em 1982 foram feitas as primeiras organizações aqui na região, foi fundada a capela do nosso padroeiro aqui na comunidade. 2 anos mais tarde era fundado o grupo de jovens de São Pedro, no qual começou todo esse movimento que a gente tá até hoje, eu até hoje tô aqui fruto desse trabalho. Então eu acho importante a gente resgatar isso para que a gente possa chegar aos dias de hoje (E2C).*

*Bom, aqui no nosso assentamento começou assim, a gente é, meu pai começou em 2000, no ano de 2000 ele acessou um Pronaf e comprou 20 colmeias, daí pra cá a gente começou ele mim, eu entrei na apicultura assim porque eu ia com ele mas não tinha nenhuma simpatia no começo não gostava muito não, mas depois eu no decorrer eu descobri porque eu, eu não tinha não gostei muito no começo, porque assim por falta de mais conhecimento (E5P).*

A partir das falas dos agentes sociais envolvidos na cadeia produtiva de mel, é possível constatar que a cooperação entre eles são fatores essenciais para o aprimoramento da produção. Para Connelly e Kelloway (2003), o compartilhamento de informações e a

prestação de assistência aos colegas são comportamentos que compõem um conjunto de atitudes colaborativas.

Assim, compartilhamento de soluções, conhecimentos e vivências pode ser realizado por meio de conversas informais e cursos de extensão, e se configura como um forte catalisador para o desenvolvimento rural. Nesse sentido, é fundamental que os agentes sociais cooperem entre si, estabelecendo laços de confiança, a fim de obter benefícios mútuos e promover melhorias para a cadeia produtiva de mel como um todo.

#### **4.1.1.5 Compartilhamento de responsabilidades e confiança**

Estudos sugerem que a confiança nas relações colaborativas está intimamente ligada a garantir que a vulnerabilidade do parceiro não seja explorada. Isso significa que os termos estabelecidos para a cooperação devem ser satisfatórias para ambas as partes, a fim de que a confiança seja mantida (Silva et al., 2004)

Os depoimentos a seguir demonstram como o compartilhamento de responsabilidades e confiança é fundamental para o sucesso da cadeia produtiva de mel na região. Através da convivência cotidiana na produção coletiva, os agentes sociais desenvolvem relações de confiança mútua, o que possibilita a divisão de tarefas e responsabilidades de forma eficiente. Essa dinâmica de trabalho em equipe gera um senso de responsabilidade compartilhada, o que aumenta o comprometimento e engajamento de todos os envolvidos.

*Nós temos uma cooperativa em Apodi, Coopapi, que a gente é parceiro deles. A gente já chegou a comercializar lá por eles. A gente também já chegou a comercializar por outros meios aqui, por empresas que chegam a pagar mais e, como é uma associação, todo mundo decidiu vender. E também tem a compra direta, que a gente faz o sachê para compra direta, atualmente é mais pela EMATER, Governo do Estado (E6C).*

*[...] toda decisão aqui é em conjunto... pronto: para fazer essa pintura aqui fizemos a reunião... “Pessoal, está precisando disso e disso, como é que nós vamos pintar?” Aí Pretinha, uma das meninas, disse: “Junta todo mundo.” Agora veio quem? Veio os que estão trabalhando (E8E).*

*A gente está com uma parceria com eles (Voltália) e eles estão nos ajudando, a tentar colocar esse mel no mercado... a gente batalhou muito, depois que a gente começou a parceria com a Voltália aí facilitou muito, eles contrataram uma pessoa para fazer o projeto do entreposto e a reforma. E ir atrás também do certificado, foi feito por essa pessoa (E9C).*

Por conseguinte, o relato E8E reconhece a importância de compartilhar as responsabilidades de recursos, de modo que todos saiam beneficiados pela ação coletiva: “[...] o entreposto tem muita associação com certificado... qual a vantagem, o papel importante da

*associação nesse ponto? As despesas de associação se tornam menores, na hora que todo mundo chegar junto, é bom demais. E agrega o valor” (E8E).*

Por fim, é visto uma cobrança pela falta de responsabilidade dos agentes e órgãos públicos governamentais, conforme o relato, enunciado pelo o representante de órgão certificador – Idiarn: *“O governo poderia fortalecer isso, chegar dizendo que vai ajudar é uma coisa, mostrar é outra. Mas a gente vai tentar levar isso com muita leveza e ver se nosso estado vem a se destacar à medida que ele produz” (E3R).*

Os depoimentos dos agentes sociais da cadeia produtiva de mel apontam para a importância do compartilhamento de responsabilidades e confiança no desenvolvimento da cooperação e produção coletiva. A confiança é um elemento fundamental nessas relações, que é fortalecida pela convivência diária e pelo caráter moral de hospitalidade dos envolvidos, gerando atributos positivos e tornando cada sujeito confiável para os demais.

| <b>Dimensão</b>   | <b>Subcategorias</b>                         | <b>Sínteses</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Cooperação</b> | <b>Compartilhamento de equipamentos</b>      | A subcategoria discute a prática do compartilhamento de equipamentos como uma forma de reduzir custos, aumentar a eficiência e promover a colaboração entre os agentes sociais. Apesar de haver poucas descrições sobre as relações de compartilhamento de recursos materiais, o texto apresenta depoimentos que reforçam a ideia de que o compartilhamento de equipamentos é fruto de trocas que envolvem interesses variados e resultam em objetivos comuns entre as partes envolvidas. A prática do compartilhamento, portanto, pode ser entendida como uma prática colaborativa que estimula a cooperação e a construção de relações de confiança entre os agentes sociais, além de ser um meio importante para a distribuição de produtos e serviços, fortalecendo a economia local e gerando benefícios para todos os envolvidos. |
|                   | <b>Compartilhamento de força de trabalho</b> | Na subcategoria compartilhamento de força de trabalho pode ser visto como um meio para a promoção da inclusão social e econômica no meio rural, fortalecendo a economia local e proporcionando melhores condições de vida para as famílias envolvidas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                   | <b>Compartilhamento de informações</b>       | A subcategoria aborda a importância do compartilhamento de informações e conhecimentos para a atividade apícola, destacando que isso pode contribuir significativamente para o aumento da produtividade e qualidade do mel produzido, além de propiciar melhores condições de vida para as famílias envolvidas. A disseminação dessas informações pode ocorrer por meio de cursos, treinamentos, intercâmbio de conhecimentos entre os produtores e acesso a diversas fontes, como instituições governamentais, organizações não governamentais e sites especializados em                                                                                                                                                                                                                                                               |

|  |                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--|----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |                                                                | compartilhamento de vídeos. O texto também apresenta depoimentos que destacam a importância da orientação técnica, da troca de informações para o desenvolvimento rural e do acesso às informações de mercado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|  | <b>Compartilhamento de soluções, conhecimentos e vivências</b> | A subcategoria apresenta depoimentos que mostram como o compartilhamento de soluções, conhecimentos e vivências é fundamental para o desenvolvimento da cadeia produtiva de abelhas na região. A troca de informações tem como objetivo melhorar a execução das atividades produtivas e trazer benefícios para todos os envolvidos. Por meio dos depoimentos, é possível constatar a integridade recíproca e o comprometimento dos envolvidos em contribuir para o desenvolvimento da atividade produtiva. Os depoimentos indicam que o compartilhamento de conhecimento é fundamental para o aprimoramento das práticas de trabalho dos apicultores e demais agentes da cadeia produtiva, contribuindo para a transformação positiva da região. |
|  | <b>Compartilhamento de responsabilidades e confiança</b>       | Na subcategoria discute a importância do compartilhamento de responsabilidades e confiança na cadeia produtiva de mel. Os depoimentos de agentes sociais mostram que através da convivência cotidiana na produção coletiva, é possível desenvolver relações de confiança mútua, o que possibilita a divisão eficiente de tarefas e responsabilidades. Essa dinâmica de trabalho em equipe gera um senso de responsabilidade compartilhada, aumentando o comprometimento e engajamento de todos os envolvidos. Os relatos também destacam a importância da cooperação entre os agentes sociais e órgãos governamentais para fortalecer a produção coletiva.                                                                                       |

**Quadro 3 – Síntese das subcategorias da dimensão cooperação**

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

### Conclusão

A agricultura familiar e a cadeia produtiva do mel possuem uma interdependência significativa, pois a produção de mel é uma importante fonte de subsistência para as famílias envolvidas nessa atividade rural. Nesse contexto, a relação de cooperação entre os agentes sociais é fundamental para o compartilhamento de recursos e conhecimentos, a fim de melhorar a produtividade e alcançar objetivos comuns. Por isso, este estudo busca compreender e analisar a dinâmica de cooperação na cadeia produtiva do mel, visando promover o desenvolvimento rural dessa região.

Em suma, a pesquisa evidenciou a importância da relação de colaboração entre os agentes sociais da cadeia produtiva de mel como uma forma de cooperação agrícola em prol do desenvolvimento rural. O compartilhamento de recursos materiais e imateriais, aliado à confiança mútua e à responsabilidade compartilhada, foi apontado como um elemento crucial

para o sucesso da atividade. Nesse contexto, destacou-se a relevância do papel da agricultura familiar na promoção da cooperação e da solidariedade entre os produtores rurais, visando ao alcance de objetivos comuns. Ademais, a pesquisa aponta para a necessidade de se investir em políticas públicas e programas que incentivem o compartilhamento de recursos e o desenvolvimento de redes de cooperação entre os agentes sociais, como forma de fomentar o desenvolvimento rural e a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos.

Nesse contexto, os agentes sociais da cadeia produtiva de mel no Estado do Rio Grande do Norte atuam em conjunto, compartilhando recursos materiais e imateriais em prol do crescimento econômico e da intensificação da ação coletiva. A relação de cooperação entre os agentes sociais é fundamental para garantir a existência das boas práticas de criação de abelhas e para o desenvolvimento socioeconômico local. O compartilhamento de conhecimento e informações é a melhor maneira de fortalecer essas relações e garantir a melhoria contínua da produção de mel na região. Por isso, o presente trabalho é relevante ao evidenciar a importância dessa relação de cooperação para o desenvolvimento rural.

Uma sugestão interessante para trabalhos futuros é analisar a relação entre reciprocidade e redes de cooperação no desempenho da economia social dos apicultores em diferentes regiões do país, especialmente em relação à cadeia produtiva do mel. Através dessa análise, seria possível compreender melhor as práticas realizadas pelos agentes sociais da cadeia produtiva de mel em diferentes contextos, identificando o que funciona bem em cada região e compartilhando boas práticas entre os apicultores. Essa pesquisa pode trazer importantes contribuições para o desenvolvimento rural e para a valorização da agricultura familiar, além de proporcionar uma visão mais ampla da cadeia produtiva do mel no país.

### Referências

- Alves, E. A. B. (2022). *Cooperação, reconhecimento e sentido do trabalho no processo de garantia da qualidade orgânica na agricultura familiar* [Tese doutorando, Universidade Federal de São Carlos]. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16062>
- Araújo, A. J. S., Siqueira, A. B., Vasconcelos, A. C. L., Figueiredo, M. G., Máximo, T. A. C. O., & Felix, Y. T. M. (2018). Cooperação, confiabilidade e segurança no trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 78–85. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5878>
- Albuquerque, P. F. (2003). Associativismo. In: Cattani, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- Alcará, A. R., Rodrigues, J. L., Tomaél, M. I., & Piedade, V. C. H. (2009). Fatores que influenciam o compartilhamento da informação e do conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14(1), p. 170-191.

Bengtsson, M., & Kock, S. (1999). Cooperation and competition in relationships between competitors in business networks. *Journal of Business & Industrial Marketing*, 14(3), pp. 178-194. <https://doi.org/10.1108/08858629910272184>

Béhar, A. H., & Feitosa, M. G. G. (2020). Competição enquanto representação ideológica no ambiente ferroviário estadunidense: uma historiografia entre 1859 e 1869. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(spe), 853–864. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190139>

Brasil. (2010). *Estatuto da Terra*. São Paulo: Saraiva.

Bera, A., & Almeida-Muradian, L. B. de. (2005). Mel com própolis: considerações sobre a composição e rotulagem. *Revista Do Instituto Adolfo Lutz*, 64(1), 117–121. <https://periodicos.saude.sp.gov.br/RIAL/article/view/33043>

Barros, E. V. (1994). *Princípios de ciências sociais para a extensão rural*. Viçosa: UFV.

Charness, G., Masclet, D., & Villeval, M. C. (2013). The Dark Side of Competition for Status. *Management Science*, 60(1), 38-55. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2013.1747>

Chalita, M. A. N. (2006). Agricultura familiar e seus novos vínculos com a prática econômica. *Revista de Economia Agrícola*, 53(2), p. 125-139.

Caroly, S., Loriol, M., & Boussard, V. (2006). Colectivo de trabajo y reglas de oficios: cooperación entre jóvenes y viejos, hombres y mujeres en las brigadas de Policía de socorro. *Laboral*, 2(2). <https://doi.org/10.4000/laboreal.13050>

Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum.

Cohen, D. (1998). Towards a knowledge context: report on the first annual U.C. *Berkeley Forum on Knowledge and the firm*. California Management Review, Berkeley, 40(3), p. 22-39.

Choo, C. W. (2003). *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Senac.

Chute, C. G. (2007). Healthcare Knowledge Management: Issues, Advances, and Successes. In: Mayo Clinic Proceedings. Elsevier.

Develtere, P. (1998). *Économie sociale et développement: les coopératives, mutuelles et associations dans les pays en développement*. Bruxelles: De Boeck Université.

Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Production*, 14(3), 27–34. <https://doi.org/10.1590/s0103-65132004000300004>

Dorow, P. F. (2014). *Compreensão do compartilhamento do conhecimento em atividades intensivas em conhecimento em organizações de diagnóstico por imagem*. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180883>

da Silva, L. X., Ratzmann Holz, V. (2008). El cooperativismo y su comportamiento frente al capitalismo. *Revista Cooperativismo y Desarrollo*, (93), 82-102. [https://kipdf.com/el-cooperativismo-retrata-un\\_5ae2f6d97f8b9a1a1a8b4634.html](https://kipdf.com/el-cooperativismo-retrata-un_5ae2f6d97f8b9a1a1a8b4634.html)

Davenport, T. H. (2000). *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. São Paulo: Futura.

Esquerdo-Souza, V. F. de, Bergamasco, S. M. P. P. (2015). Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. *Revista Extensão Rural*, 22 (1), 9-35.

Farias Filho, M. C., & Arruda Filho, E. J. M. (2015). *Planejamento da Pesquisa Científica*. Grupo GEN.

Gidon, P. H. (2022, 11 de janeiro). Competir ou cooperar: o dilema sem fim das relações internacionais. *INBEC*. <https://inbec.com.br/blog/competir-cooperar-dilema-sem-fim-relacoes-internacionais>

Giannini, R., Sznclwar, L. I., Uchida, S., & Lancman, S. (2019). A cooperação como instrumento de enfrentamento do real: o caso dos magistrados do trabalho no Brasil. *Laboreal*, 15(1). <https://doi.org/10.4000/laboreal.1202>

Grisa, C. (2012). *Políticas públicas para a agricultura familiar no brasil: produção e institucionalização das ideias* [Tese doutorando, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]. [https://institucional.ufrj.br/portalcpda/files/2018/08/2012.tese\\_.Catia-Grisa.pdf](https://institucional.ufrj.br/portalcpda/files/2018/08/2012.tese_.Catia-Grisa.pdf)

Gonçalves, J. S., Souza, S. A. M. (2005). *Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito*. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento Instituto de Economia Agrícola. <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>.

Gómez López, J. D. (2004). *Las cooperativas agrarias: instrumento desarrollo rural*. Alicante, Espanha: Publicaciones Universidad de Alicante.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Grupo GEN.

Geanellos, R. (2000). Exploring Ricoeur's hermeneutic theory of interpretation as a method of analysing research texts. *Nursing Inquiry*, 7(2), 112–119. <https://doi.org/10.1046/j.1440-1800.2000.00062.x>

Hoof, B. V. D., Ridder, J. D., & Aukema, E. (2004). *The eagerness to share: Knowledge sharing, ICT and social capital*. Working Paper, Amsterdam School of Communication Research, University of Amsterdam, The Netherlands.

Ipe, M. (2003). Knowledge sharing in organizations: a conceptual framework. *Human Resource Development Review*, 2(4), p. 337-359.

Kawakami, J. (2016). Certificação de produtos orgânicos. *Série de Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar*. CREA: PR.

Lengler, L., Lago, A., & Coronel, D. A. (2007). A organização associativa no setor apícola: contribuições e potencialidades. *Organizações Rurais & Amp; Agroindustriais*, 9(2). <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/108>

Lacerda, A. G. de, & Malagodi, E. (2008). Formas de cooperação e reforma agrária. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 26(1 e 2), 93–100. <https://doi.org/10.37370/raizes.2007.v26.278>

Moreira, D. P. dos S., da Silva, E. S., Holanda, J. C. de S., Moraes, N. A. C., Siqueira, E. S., & Siqueira Filho, V. (2023). Como vejo a natureza: uma visão agroecológica dos pequenos apicultores familiares do Rio Grande do Norte. *Revista de Gestão e Secretariado*, 14(3), 3607–3631. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i3.1839>

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2012). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas.

Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In *Anais do V Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos* (pp. 01-10), Bauru, SP.

Mielke, E. J. C. (2009). *Desenvolvimento turístico de base comunitária*. Campinas, SP: Alínea.

Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). *Criação do conhecimento na empresa*. Rio de Janeiro: Campus.

Pelegrini, D. F., Shiki, S. D. F. N., & Shiki, S. (2015). Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, 12(19), 70. <https://doi.org/10.5007/1807-0221.2015v12n19p70>

Pasqualotto, N., Kaufmann, M. P., & Wizniewsky, J. G. (2019). *Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável*. RS: UFSM, NTE.

Picolotto, E. L. (2014). Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(Supl. 1), 63-84.

Ricci, L., Lima, W. F., & Begnami, P. dos, S. (2016). Gestão de conflitos no ambiente organizacional: uma análise teórica. *Espacios*, 38(24), 27-34.

Richardson, R. J. (2017). *Pesquisa Social - Métodos e Técnicas*. Grupo GEN. Ricouer, 2000

Ricoeur, P. (2000). Narratividade, fenomenologia y hermenêutica. *Análisi*, 25, p. 189-207.

Schmitz, H., Mota, D. M. da, & Sousa, G. M. (2017). Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 12(1), 201–220. <https://doi.org/10.1590/1981.81222017000100012>

- Sousa, G. M., Schmitz, H., & Mota, D. M. da. (2014). A reciprocidade nas organizações dos agricultores familiares em comunidades rurais no Nordeste do Para. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 33(2), 165–180. <https://doi.org/10.37370/raizes.2013.v33.394>
- Sabourin, E. (2004). Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. *Revista TOMO*. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.5244>
- Sabourin, E. (1999). Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, (20), 41–49. <https://doi.org/10.37370/raizes.1999.v.165>
- Sabourin, E. (2006a). Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: Schneider, S. (Org.) *A diversidade agricultura familiar* (pp. 108-132), Editora da UFRGS.
- Sabourin, E. (2006b). Organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores familiares no Nordeste. *Cadernos do CEAM (UnB)*, Brasília, 23(1), p. 29-61.
- Sabourin, Eric. (2009). *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Silva, C., & Schultz, G. (2017). Acesso a mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil. *Espacios*, 38(44), 23-39.
- Schmidt, D., & Perius, V. (2003). Cooperativismo - cooperativa. In: Cattani, A. D. (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- Sordi, V. F., Nakayama, M. K., & Binotto, E. (2018). Compartilhamento de Conhecimento nas Organizações: Um Modelo Analítico sob a Ótica da Ação Cooperativa. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 8(1), 44-66. <https://doi.org/10.21714/2236-417x2018v8n1p44>
- Sznelwar, L. I., Uchida, S., & Lancman, S. (2011). A subjetividade no trabalho em questão. *Tempo Social*, 23(1), 11-30. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100002>
- Silva, R. M. A. da., & Nunes, E. M. (2023). Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(2), e252661. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>
- Sabourin, E., Duqué, G., & Malagodi, E. (2004). Novos atores do desenvolvimento rural no Semi-Árido brasileiro: uma visão crítica do período 1997-2002. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 22(1), 58–72. <https://doi.org/10.37370/raizes.2003.v22.209>
- Sattler, A. (1996). Apicultura frente ao Mercosul. In: Souza, D. C.; Pereira, F. de; Alcoforado Filho, F. G.; Batista, M. das, G. de. (Orgs.). In: *Anais 11º Congresso Brasileiro de Apicultura* (pp. 81–84), Teresina, PI.
- Silva, T. N., Pedrozo, E. A., Estivaleta, V. F., Begnis, H. M., Maraschin, Â. F., Pasqual, C. A., Jerônimo, F. B., Jardim, P. A. J. M., Barata, T. S., & Silveira, H. S. (2004). Relações de cooperação e confiança entre organizações cooperativas promovendo capital social. *Revista Administração em Diálogo*, 6(1), 37-45.

Tesche, R. W. (2007). *As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS*. [Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Institucional da UFRGS LUME. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18305>

Tesche, R. W., & Machado, J. A. D. (2012). A Importância da reciprocidade no desempenho socioeconômico da agricultura familiar. *Estudos do CEPE*, (36), 7-37. <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/1563>

Troian, A., & Machado, E. T. L. (2020). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. *Desenvolvimento Em Questão*, 18(50), 109–128. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.50.109-128>

van der PLOEG, J. D. (2018). *The new pearsantries: rural development in times of globalization*. Londres: Routledge.

Wolf, E. R. (2003). Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: Feldman-Bianco, B., & Ribeiro, G. L. (Orgs). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf* (pp. 93-114) Brasília: Editora da UnB; Campinas: Editora.

Wojahn, E., Martinez, E. (2008). *A Cultura da cooperação na agricultura familiar*. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.